

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2017**

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("Companhia" ou "CAL") encaminha a presente proposta da administração ("Proposta") relacionada à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 22 de março de 2017 ("Assembleia"), em observância ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("IN CVM 481").

Considerando o interesse da Companhia, a Administração apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da mencionada Assembleia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Apreciar as contas da diretoria e o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016:

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2017, a Administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, que serão publicadas em 18 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário Comercial, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"). Os comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, seguem anexos à presente Proposta como Anexo I.

(ii) Deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital:

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da LSA e do artigo 25, §1º, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("IN CVM 480"), nos termos do Anexo II à presente Proposta.

(iii) Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016:

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, nos termos do Anexo III à presente Proposta.

(iv) Deliberar sobre a remuneração dos administradores da Companhia:

A Administração da Companhia propõe uma remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2017 de até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), nos termos dos Anexos IV e V da presente Proposta.

(v) Deliberar sobre a proposta da Administração para a absorção de R\$7.731.080,23 (sete milhões, setecentos e trinta e um mil, oitenta reais e vinte e três centavos) contabilizados em Reserva Especial mediante a compensação da conta de Reserva de Retenção de Lucros da Companhia.

A Administração da Companhia propõe a absorção de R\$7.731.080,23 (sete milhões, setecentos e trinta e um mil, oitenta reais e vinte e três centavos) contabilizados em Reserva Especial mediante a compensação da conta de Reserva de Retenção de Lucros da Companhia, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016, antes da compensação é de R\$14.075.443,23 (quatorze milhões setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos). Tal operação tem implicações meramente contábeis, e estão de acordo com a legislação vigente.

ÍNDICE

ANEXO	PÁGINA
Anexo I – Comentários dos Administradores da Companhia	4
Anexo II – Proposta de Orçamento de Capital para 2017 (consolidado)	36
Anexo III – Destinação do lucro líquido do exercício	37
Anexo IV – Proposta de remuneração dos administradores, conforme previsto na ICVM 481, artigo 12, inciso II	45
Anexo V – Proposta de remuneração dos administradores, conforme Previsto na ICVM 481, Artigo 12, Inciso I	46

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO I

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2017**

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Em atenção ao item 10.1 do Formulário de Referência – IN CVM 480/09, seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Ao final do exercício social de 2016, a Companhia possuía R\$6,7 milhões em caixa e equivalentes, uma redução de 62,8% quando comparado aos R\$18,1 milhões de 2015 que, por sua vez, representaram um aumento de 36,9% quando comparado aos R\$13,2 milhões de 2014. Desta forma, a Diretoria considera o montante em caixa suficiente para atender o financiamento de suas atividades e recobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 apresentaram resultados operacionais e financeiros resultantes da consolidação do processo de reestruturação estratégica da Companhia, iniciado em 2008. Apesar do ano de 2016 ter demonstrado ser extremamente desafiador devido ao difícil cenário macroeconômico resultante principalmente da incerteza no cenário político e econômico, a Companhia conseguiu superar apresentando patamares saudáveis de rentabilidade.

Ao final do exercício social de 2016, a receita líquida da Companhia alcançou o montante de R\$27,1 milhões, uma redução de 40,3% quando comparado aos R\$45,5 milhões do exercício social de 2015 que, por sua vez, foi 1,1% maior que a receita líquida do exercício de 2014, no montante de R\$45 milhões. O aumento da receita líquida da Companhia desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 decorreu, principalmente: (i) do processo de reestruturação financeira da Companhia, com o aumento de capital de R\$30,0 milhões realizado em agosto de 2011; (ii) da reorganização interna da Companhia, por meio do qual foram criados 4 novos departamentos (“Proteq, Tecnologia e Qualidade”, “Assistência Técnica”, “Planejamento Técnico e Orçamento” e “Segurança e Medicina do Trabalho”); (iii) do crescimento do nível de atividade que resulta, em 31 de dezembro de 2016, em uma carteira de obras composta de 5

empreendimentos compreendendo 5 torres, das quais, 4 obras são residenciais e 1 obra multi-
uso, totalizando 103,4mil m²; e (iv) da participação em incorporações.

A Diretoria da Companhia acredita que, mesmo com todas as dificuldades do mercado imobiliário, conseguimos encerrar o exercício social de 2016 com um excelente resultado refletido pelo lucro bruto de R\$10,7 milhões, uma redução de 51,8% quando comparado aos R\$22,2 milhões do mesmo período em 2015, com uma margem bruta de 39,4%, e com o lucro de R\$21,4 milhões do mesmo período em 2014, representando um aumento de 3,8%, devido a um forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação. É importante destacar que, em 31 de dezembro de 2013 e 2014, dado o rígido controle de custos da Companhia, o incremento no lucro bruto em ambos os períodos se justificou pelo volume de obras executadas e sendo entregues em linha com o orçamento, permitindo que orçamentos de suas obras caminhem dentro ou abaixo do esperado. Isso pôde ser observado uma vez que a margem bruta foi mantida mesmo com o grande incremento no volume da operação.

O resultado obtido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 apresenta o foco na consistência operacional, com consistência das margens e rentabilidade para um menor volume da operação. Importante destacar que a Companhia não possui endividamento e encontra-se numa situação de Caixa Líquido bastante confortável para a operação futura, principalmente diante de um cenário mais desafiador.

O ano de 2015 foi marcado pela manutenção do alto volume operacional da Companhia. O resultado obtido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi marcado pela manutenção do alto volume operacional e pela liquidação total da dívida da Companhia.

Durante o ano de 2016, foram entregues 3 empreendimentos/fases (2 residenciais e 1 comercial), compostos por 6 torres, 1.436 unidades e 152,0 mil m² de área. Nesse mesmo período iniciou-se a obra residencial Lindenberg Itaim de alto padrão, localizado na Capital de São Paulo, composta por 1 torre com 24 unidades e 13,8 mil m² de área.

No exercício de 2015 foram entregues 5 empreendimentos compostos por 9 torres, 928 unidades e 180,5 mil m² construídos. No mesmo período, iniciamos a construção da obra residencial Lindenberg Jundiaí de alto padrão, localizada no interior de São Paulo, formado por 1 torre, 44 unidades e 20,2 mil m².

Apesar de todas as dificuldades do setor de atuação da Companhia (mercado imobiliário), a Diretoria da Companhia entende que, em 31 de dezembro de 2016 obtivemos um bom resultado operacional com um volume de obras de 103,4 mil m² distribuídas em 5 obras e compostas por 5 torres, sendo 4 obras residenciais e 1 obra multi-uso totalizando atualmente 648 unidades em construção, todas localizadas no Estado de São Paulo, uma redução de 66,9% quando comparado com os 312 mil m² do exercício de 2015, uma redução de 24,2%, em relação aos 412 mil m² de obras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 era composta da seguinte forma:

(Em R\$ milhões)	31/12/2014	%	31/12/2015	%	31/12/2016	%
Capital de Terceiros	R\$0,0	0%	R\$0,0	0%	R\$0,0	0%
Capital Próprio ¹	R\$15,7	100%	R\$26,9	100%	R\$22,3	100%
Total	R\$15,7	100%	R\$26,9	100%	R\$22,3	100%

(1) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia acredita que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$12,1 milhões, com uma margem EBITDA de 34,3%, uma redução de 22,4% em relação aos R\$15,6 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

O resultado do EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$15,6 milhões, com uma margem EBITDA de 34,3%, um aumento de 64,3% em relação aos R\$9,5 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados

R\$ milhões	2014	2015	2016
Empréstimos e financiamentos	R\$0,0	R\$0,0	R\$0,0
Contas a pagar a fornecedores	R\$0,2	R\$0,3	R\$0,3
Obrigações trabalhistas e tributárias	R\$8,6	R\$7,8	R\$3,4
Provisão para garantia de obras	R\$8,6	R\$10,5	R\$10,3
Dividendos a pagar	R\$1,9	R\$1,9	R\$1,0
Obrigações tributárias parceladas	R\$4,3	R\$3,9	R\$3,1

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode vir a depender, embora de forma reduzida, de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possuía contratos de empréstimos e financeiros nos últimos 03 exercícios;

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os recursos dos financiamentos já contratados foram utilizados e quitados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M16	12M15	Var. %
Ativo	46.246	55.040	-16,0%
Circulante	19.124	30.988	-38,3%
Caixa e equivalentes de caixa	6.733	18.120	-62,8%
Contas a receber de clientes	11.210	11.546	-2,9%
Impostos a recuperar	1.146	1.298	-11,7%
Demais ativos circulantes	35	24	45,8%
Não Circulante	27.122	24.052	12,8%
Contas a receber de clientes	1.500	2.007	-25,3%
Impostos diferidos	-	6.657	-100,0%
Depósitos judiciais	739	617	19,8%
Imovéis a comercializar	678	813	-16,6%
Contas a receber de partes relacionadas	3.354	-	0,0%
Demais ativos não circulantes	-	4	-100,0%
Investimentos	20.775	13.860	49,9%
Imobilizado	18	26	-30,8%
Intangível	58	68	-14,7%
Passivo e Patrimônio Líquido	46.246	55.040	-16,0%
Circulante	8.294	14.461	-42,6%
Fornecedores	290	266	9,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	3.442	7.770	-55,7%
Obrigações tributárias parceladas	760	703	8,1%
Dividendos a pagar	1.020	3.476	-70,7%
Provisão para garantia de obras	2.782	2.243	24,0%
Demais passivos circulantes	-	3	n/a
Não Circulante	15.606	13.710	13,8%
Obrigações tributárias parceladas	2.389	3.249	-26,5%
Provisão para garantia de obras	7.256	8.236	-11,9%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.868	1.937	202,9%
Demais passivos não circulantes	93	288	-67,7%
Patrimônio Líquido	22.346	26.869	-16,8%
Capital social	16.000	12.000	33,3%
Reserva de lucros	14.076	14.869	-5,3%
Reserva especial	(7.730)	-	0,0%

Demonstrações Financeiras Auditadas

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$46,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação negativa de 16,0% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizou R\$55,0 milhões. Tal variação deve-se principalmente a redução de R\$11,3 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e redução na conta de Impostos diferidos que totalizou R\$6,5 milhões em contrapartida a um aumento de R\$6,9 milhões na conta de Investimentos.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$23,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação negativa de 42,6% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizou R\$28,1 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$4,3 milhões a título de Obrigações trabalhistas e tributárias.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$22,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, em relação a 31 de dezembro de 2015, que era de R\$26,9 milhões. Tal redução ocorreu principalmente devido a constituição da reserva especial que totalizou R\$7,7 milhões.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Demonstrações de Resultados Consolidado			
Períodos encerrados em 31.dezembro	12M16	12M15	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Receita Operacional Bruta	31.345	50.832	-38,3%
Receita de prestação de serviços	28.655	45.715	-37,3%
Receita de assistência técnica	2.410	5.061	-52,4%
Receita da venda de unidades imobiliárias	280	56	400,0%
Deduções da Receita Bruta	(4.198)	(5.325)	-21,2%
Impostos incidentes sobre a receita	(4.198)	(5.325)	-21,2%
Receita Operacional Líquida	27.147	45.507	-40,3%
Custos dos Serviços Prestados	(16.455)	(23.327)	-29,5%
Custos de prestação de serviços	(14.590)	(19.971)	-26,9%
Custos de assistência técnica	(1.633)	(3.300)	-50,5%
Custos da venda de unidades imobiliárias	(232)	(56)	314,3%
Lucro Bruto	10.692	22.180	-51,8%
Margem Bruta (%)	39,4%	48,7%	-9,4 pp
(Despesas) Receitas	1.421	(6.570)	-121,6%
Administrativas, comerciais e gerais	(10.627)	(11.003)	-3,4%
Equivalência patrimonial	7.239	2.043	254,3%
Outras receitas operacionais líquidas	4.809	2.390	101,2%
EBITDA	12.113	15.610	-22,4%
Margem EBITDA (%)	44,6%	34,3%	10,3 pp
Resultado Financeiro	1.067	1.509	-29,3%
Despesas Financeiras	(432)	(462)	-6,5%
Receitas Financeiras	1.499	1.971	-23,9%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.180	17.119	-23,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.974)	(2.533)	254,3%
Correntes	(2.311)	(1.765)	30,9%
Diferidos	(6.663)	(768)	767,6%
Lucro Líquido do Período	4.206	14.586	-71,2%
Margem Líquida (%)	15,5%	32,1%	-16,6 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, atingiu R\$27,1 milhões, um redução de 40,3% em relação a 31 de dezembro de 2015 que atingiu R\$45,5 milhões. Esta variação negativa da receita deveu-se, principalmente, pela redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses e as entregas dos empreendimentos;

Empreendimento Residencial Aristo by Lindenberg de padrão médio alto, composto de 88 unidades e 15,5 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo.

Empreendimento Comercial Jardins do Brasil, fase Centro Empresarial de padrão médio alto, composto de duas torres e 850 unidades, totalizando 66,0 mil m² de área construída e a fase residencial Mantiqueira de padrão médio alto, composto de três torres e 498 unidades, totalizando 70,5 mil m² de área construída, ambos na Região Metropolitana de São Paulo.

Durante o exercício de 2016 iniciou a construção da obra residencial Lindenberg Itaim de alto padrão, localizada na Capital de São Paulo, formado por uma torre, 24 unidades e 13,8 mil m² de área.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$16,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, contra R\$23,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de 29,5% em razão da redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$10,7 milhões, uma redução de 51,8% em relação a 31 de dezembro de 2015 que atingiu R\$22,2 milhões, devido redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido totalizou R\$4,2 milhões, um redução de 71,2% em relação a 31 de dezembro de 2015 que atingiu R\$14,6 milhões. Tal redução deve-se a redução do volume de obras em execução e entregues e ainda a reversão do imposto de renda diferido.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M15	12M14	Var. %
Ativo	55.040	44.050	24,9%
Circulante	30.988	20.710	49,6%
Caixa e equivalentes de caixa	18.120	13.239	36,9%
Contas a receber de clientes	11.546	5.653	104,2%
Impostos a recuperar	1.298	1.801	-27,9%
Demais ativos circulantes	24	17	41,2%
Não Circulante	24.052	23.340	3,1%
Contas a receber de clientes	2.007	2.615	-23,3%
Impostos diferidos	6.657	7.437	-10,5%
Depósitos judiciais	617	234	163,7%
Imovéis a comercializar	813	841	-3,3%
Demais ativos não circulantes	4	141	-97,2%
Investimentos	13.860	11.986	15,6%
Imobilizado	26	25	4,0%
Intangível	68	61	11,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	55.040	44.050	24,9%
Circulante	14.461	12.892	12,2%
Fornecedores	266	165	61,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.770	8.573	-9,4%
Obrigações tributárias parceladas	703	642	9,5%
Dividendos a pagar	3.476	1.989	74,8%
Provisão para garantia de obras	2.243	1.523	47,3%
Demais passivos circulantes	3	-	0,0%
Não Circulante	13.710	15.411	-11,0%
Obrigações tributárias parceladas	3.249	3.663	-11,3%
Provisão para garantia de obras	8.236	7.134	15,4%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.937	4.288	-54,8%
Demais passivos não circulantes	288	326	-11,7%
Patrimônio Líquido	26.869	15.747	70,6%
Capital social	12.000	8.000	50,0%
Reserva de lucros	14.869	8.398	77,1%
Reserva especial	-	(651)	-100,0%

Demonstrações Financeiras Auditadas

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 24,9% em relação a 31 de dezembro de 2014, que totalizou R\$44,0 milhões. Tal aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$5,9 milhões na posição de contas a receber de clientes e do aumento de R\$ 4,8 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$28,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação negativa de 0,8% em relação a 31 de dezembro de 2014, que totalizou R\$24,3 milhões, sendo que tal aumento ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$2,3 milhões a título de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$28,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, em relação a 31 de dezembro de 2014, que era de R\$15,7 milhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente devido aos ótimos resultados da Companhia no exercício social de 2015.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M15	12M14	Var. %
Receita Operacional Bruta	50.832	50.451	0,8%
Receita de Prestação de Serviços	45.715	45.901	-0,4%
Receita de Assistência Técnica	5.061	4.550	11,2%
Receita de Venda de Imóveis	56	-	0,0%
Deduções da Receita Bruta	(5.325)	(5.426)	-1,9%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(5.325)	(5.426)	-1,9%
Receita Operacional Líquida	45.507	45.025	1,1%
Custos dos Serviços Prestados	(23.327)	(23.663)	-1,4%
Custos de Prestação de Serviços	(19.971)	(20.584)	-3,0%
Custos de Assistência Técnica	(3.300)	(3.079)	7,2%
Custos de Venda de Imóveis	(56)	-	0,0%
Lucro Bruto	22.180	21.362	3,8%
Margem Bruta (%)	48,7%	47,4%	1,3 pp
(Despesas) Receitas	(6.570)	(11.871)	-44,7%
Administrativas, comerciais e gerais	(11.003)	(13.393)	-17,8%
Equivalência patrimonial	2.043	1.386	47,4%
Outras receitas operacionais líquidas	2.390	136	1657,4%
EBITDA	15.610	9.491	64,5%
Margem EBITDA (%)	34,3%	21,1%	13,2 pp
Resultado Financeiro	1.509	264	471,6%
Despesas Financeiras	(462)	(629)	-26,6%
Receitas Financeiras	1.971	893	120,7%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	17.119	9.755	75,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.533)	(1.414)	79,1%
Correntes	(1.765)	(2.163)	-18,4%
Diferidos	(768)	749	-202,5%
Lucro Líquido do Período	14.586	8.341	74,9%
Margem Líquida (%)	32,1%	18,5%	13,5 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, atingiu R\$45,5 milhões, um crescimento de 1,1% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$45,0 milhões. Esta pequena variação positiva da receita deveu-se, principalmente, ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos doze meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$23,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, contra R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de 1,4% em razão do volume de obras em execução e entregues, que tem como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$22,2 milhões, um crescimento de 3,8% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$21,3 milhões, devido a um forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação. Importante notar que a margem bruta da Companhia em 2015 foi de 48,7% e 1,3 p.p. acima quando comparada com a margem bruta de 2014 que foi de 47,4%, o que demonstra a capacidade da Companhia em operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido totalizou R\$14,6 milhões, um aumento de 74,9% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$8,3 milhões. Tal aumento deve a manutenção do volume operacional da Companhia.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Balanços Patrimoniais Consolidado Período encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M14	12M13	Var. %
Ativo	44.050	34.572	27,4%
Circulante	20.710	14.510	42,7%
Caixa e equivalentes de caixa	13.239	4.686	182,5%
Contas a receber de clientes	5.653	8.001	-29,3%
Impostos a recuperar	1.801	1.811	-0,6%
Demais ativos circulantes	17	12	41,7%
Não Circulante	23.340	20.062	16,3%
Contas a receber de clientes	2.615	2.576	1,5%
Impostos Diferidos	7.437	6.691	11,1%
Depósitos judiciais	234	458	-48,9%
Imovéis a comercializar	841	841	0,0%
Demais ativos não circulantes	141	427	-67,0%
Investimentos	11.986	8.990	33,3%
Imobilizado	25	5	400,0%
Intangível	61	74	-17,6%
Passivo e Patrimônio Líquido	44.050	34.572	27,4%
Circulante	12.892	12.151	6,1%
Empréstimos e financiamentos	-	258	-100,0%
Fornecedores	165	218	-24,3%
Obrigações trabalhistas e tributárias	8.573	6.664	28,6%
Obrigações tributárias parceladas	642	909	-29,4%
Dividendos a pagar	1.989	2.900	-31,4%
Contas a pagar para partes relacionadas	-	-	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.523	1.193	27,7%
Demais passivos circulantes	-	9	-100,0%
Não Circulante	15.411	12.383	24,5%
Empréstimos e financiamentos	-	467	-100,0%
Obrigações tributárias parceladas	3.663	4.565	-19,8%
Provisão para garantia de obras	7.134	5.381	32,6%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.288	1.835	133,7%
Demais passivos não circulantes	326	135	141,5%
Patrimônio Líquido	15.747	10.038	56,9%
Capital social	8.000	1.117	616,2%
Reserva de lucros	8.398	8.921	-5,9%
Reserva especial	(651)	-	0,0%

Demonstrações Contábeis Auditadas

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$44,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 27,4% em relação a 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$34,5 milhões. Tal aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$8,5 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa e do aumento de R\$ 3,0 milhões na posição de investimentos da Companhia.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$28,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma variação positiva de 15,5% em relação a 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$24,5 milhões, sendo que tal aumento ocorreu principalmente devido ao: (i) aumento de R\$1,9 milhões em obrigações trabalhistas e tributárias; e (ii) aumento de R\$2,4 milhões a título de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$15,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, em relação a 31 de dezembro de 2013, que era de R\$10,0 milhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente devido aos ótimos resultados da Companhia no exercício social de 2014.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Demonstrações de Resultados Consolidado			
Período findos em 31.dezembro	12M14	12M13	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Receita Operacional Bruta	50.451	47.045	7,2%
Receita de Prestação de Serviços	45.901	42.760	7,3%
Receita de Assistência Técnica	4.550	3.915	16,2%
Receita de Vendas de Imóveis	-	370	-100,0%
Deduções da Receita Bruta	(5.426)	(4.024)	34,8%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(5.426)	(4.024)	34,8%
Receita Operacional Líquida	45.025	43.021	4,7%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(23.663)	(22.879)	3,4%
Custos de Prestação de Serviços	(20.584)	(19.364)	6,3%
Custos de Assistência Técnica	(3.079)	(3.420)	-10,0%
Custos de Vendas de Imóveis	-	(95)	-100,0%
Lucro Bruto	21.362	20.142	6,1%
Margem Bruta (%)	47,4%	46,8%	0,6 pp
(Despesas) Receitas	(11.871)	(6.187)	91,9%
Administrativas, comerciais e gerais	(13.393)	(9.039)	48,2%
Equivalência patrimonial	1.386	2.281	-39,2%
Outras receitas operacionais líquidas	136	571	-76,2%
EBITDA	9.491	13.955	-32,0%
Margem EBITDA (%)	21,1%	32,4%	-11,4 pp
Resultado Financeiro	264	(309)	-185,4%
Despesas Financeiras	(629)	(898)	-30,0%
Receitas Financeiras	893	589	51,6%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.755	13.646	-28,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.414)	5.110	-127,7%
Correntes	(2.163)	(1.581)	36,8%
Diferidos	749	6.691	-88,8%
Lucro Líquido do Exercício	8.341	18.756	-55,5%
Margem Líquida (%)	18,5%	43,6%	-25,1 pp

Demonstrações Contábeis Auditadas

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, atingiu R\$45,0 milhões, um crescimento de 4,7% em relação a 31 de dezembro de 2013 que atingiu R\$43,0 milhões. Esta pequena variação positiva da receita deveu-se, principalmente, ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos doze meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$23,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, contra R\$22,9 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 3,4% em razão do aumento do volume de obras em execução relativos ao crescimento da Companhia, que tem como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$21,4 milhões, um crescimento de 6,1% em relação a 31 de dezembro de 2013 que atingiu R\$20,1 milhões, devido a um forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação. Importante notar que a margem bruta da Companhia manteve-se no mesmo patamar de 47%, o que demonstra a capacidade da Companhia em operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro líquido totalizou R\$8,3 milhões, uma redução de 55,5% em relação a 31 de dezembro de 2013 que atingiu R\$18,8 milhões. Tal redução deveu-se principalmente à constituição de R\$6,7 milhões de imposto diferido registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, evento este não recorrente no resultado da Companhia.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita:*

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

<i>(em milhares de reais)</i>	2014	2015	2016
Receitas de serviços	R\$45.901	R\$45.715	R\$28.655
Receitas de assistência técnica	R\$4.550	R\$5.061	R\$2.410
Receitas de venda de unidades imobiliárias	R\$0,00	R\$56	R\$280
Impostos sobre receita	(R\$5.426)	(R\$5.325)	(R\$4.198)
Total	R\$45.025	R\$45.507	R\$27.147

As receitas de prestação de serviços de administração de obras são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e de 2016, mais de 90% das nossas receitas decorreram da receita com a prestação de serviços de administração e gerenciamento de construção.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:*

A prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia pode afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2014, 2015 e 2016 decorrem da variação no volume das operações da Companhia.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 10.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e de 2014, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2016

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	14,00%	10,50%	7,00%
Posição contábil em 31/12/2016 - R\$ 6.408		897	673	449

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2015

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado as taxas de juros que variam entre 75% a 101% do CDI, conforme divulgado nas notas explicativas da Companhia.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
		(valor contábil projetado)	- 25%	- 50%
Aplicações financeiras	CDI	13,18%	9,89%	6,59%
Posição contábil em 31/12/2015 - R\$ 17.929		2.363	1.772	1.182

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2014

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia. .

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações às quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2014, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2014, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos empréstimos e financiamentos apresentava a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
		(valor contábil projetado)	- 25%	- 50%
Aplicações financeiras	CDI	10,77%	8,08%	5,39%
Posição contábil em 31/12/2014 - R\$ 13.076		1.408	1.056	704

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício social de 2012, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$37.852,0 milhões, passando de R\$38.969,0 milhões para R\$1.117,0 milhão, sem alteração da quantidade de ações emitidas pela Companhia. O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados.

Em junho de 2013, houve o aumento de capital social da Toliara Incorporação SPE Ltda., no montante de R\$10,0 milhões, efetuado pela sócia Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. Nesta operação, a Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., controlada da Companhia, renunciou seu direito de preferência na subscrição do capital, de forma que a sua participação no capital da Toliara Incorporação SPE Ltda. foi diluída. Após o aumento de capital, a participação da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. no capital da Toliara Incorporação SPE Ltda. foi diluída de 60% para 30%, gerando, entretanto, um ganho no montante de R\$248,0 mil, referentes à redução da participação nos prejuízos apurados anteriormente a diluição da participação.

Em agosto de 2013, a Companhia realizou a integralização do capital social da Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., no valor de R\$142,0 mil. No mesmo ato, as sócias reduziram o capital social da sociedade em R\$4.561,0 milhões para a absorção de prejuízos acumulados. Após a redução do capital, a Adolpho Lindenberg Construtora Ltda. cedeu e transferiu a título oneroso R\$1.511,0 milhões para a Companhia, que passou a deter 99,999% de participação.

Em 30 de abril de 2014, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de, aproximadamente, R\$6,9 milhões, sem a emissão de novas ações, o qual foi totalmente integralizado mediante a capitalização de parte do valor destinado à Conta de Retenção de Lucros.

Em julho de 2014, por meio de contrato particular de compra e venda de quotas, a Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 10% do capital social e total da Amadora Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.238 milhão pelo montante de R\$1.889 milhão, gerando uma perda de R\$651 mil, registrado na rubrica reserva especial. Adicionalmente, em dezembro de 2014, a Adolpho Lindenberg Construtora Ltda. cedeu à Companhia sua participação na CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda., gerando uma perda de R\$10,0 mil.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2015, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4 milhões.

c) *Eventos ou operações não usuais*

Além dos processos de responsabilidade subsidiária, cumpre ressaltar que em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme amplamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia. Avaliamos como prováveis as chances de êxito da Sociedade em referida ação, com base nas considerações acima elencadas, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações contábeis. Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750 mil, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, não aceitamos o acordo, mas esse fato não altera a probabilidade de êxito do processo, que permanece possível. Julgamento esta previsto para ocorrer em 2015.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750 mil, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o acordo.

A sentença procedente foi publicada em 8 de dezembro de 2015 e condenou a Companhia à obrigação de fazer na área de saúde e segurança do trabalho, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, e ainda ao pagamento de dano moral coletivo arbitrado em R\$500 mil em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer. O Acórdão resultante dos recursos apresentados pelas partes, assinado/emitido em 13 de dezembro de 2016 (publicado em 31 janeiro de 2017), manteve a condenação de primeira instância da Companhia em dois tópicos: (1) indenização por danos morais coletivos, e; (2) obrigações de fazer elencadas na inicial, mediante cominação judicial. No tocante ao dano moral coletivo, aumentou a indenização para R\$5 milhões, e, no que se refere às obrigações de fazer apontadas na inicial, elevou a multa judicial para R\$50 mil em caso de descumprimento. A Companhia apresentou Embargos de Declaração em 06 de fevereiro de 2017 e aguarda seu julgamento.

Sendo assim, os assessores jurídicos consideram possíveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

10.4 Mudanças nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Em 2016, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (d)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (d)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014–2016 (a) (b)
Alterações à IAS 40	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas normas contábeis.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos em virtude da natureza desses pronunciamentos.

Em 2015, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Modificações à IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados	Alocação dos custos com contribuições discricionárias e das contribuições dos empregados especificadas nos planos de benefícios definidos.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013	Novos requerimentos de divulgação dos julgamentos ao aplicar o critério de agregação de segmentos operacionais previstos no IFRS 8 - Segmentos Operacionais

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes	Convergência do IASB (“International Accounting Standards Board”) e FASB (“Financial Accounting Standards Board”) sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de divulgação	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações às IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado e IAS 41 / CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola	Agricultura: plantas portadoras.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Entidades de Investimento: Aplicando a exceção de consolidação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações contábeis.

Em 2014, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Modificações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas	Avaliação de subsidiárias pelo seu valor justo com reflexo no resultado do exercício.
Modificações à IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades e à IAS 27 - Demonstrações Separadas	Novos requerimentos de divulgação para entidades dos investimentos.
Modificações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação	Esclarecimento sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros.
Modificações à IAS 36 - Redução do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros	Divulgação do montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para "goodwill" ou outro ativo intangível
Modificações à IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Novação de Derivativos e continuidade de contabilidade de "hedge".
IFRIC 21 - Tributos	Endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 – Receitas com clientes	Convergência do IASB ("International Accounting Standards Board") e FASB ("Financial Accounting Standards Board") sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo Imobilizado	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado.	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com Clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, assim a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações contábeis.

(b) Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado

Não há

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2016, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“Conforme descrito na nota explicativa nº 3.9 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram,

adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 a) às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 aproximadamente 100% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.

Em 31 de dezembro de 2015, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2015 aproximadamente 100% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.”

Em 31 de dezembro de 2014, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2014 aproximadamente 99% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.”

Comentários dos Diretores da Companhia:

A Administração da Companhia entende que adota todas as normas e instruções emitidas pelo CPC e revisa periodicamente as novas instruções emitidas.

Relativamente ao montante de receitas provenientes de serviços prestados a partes relacionadas, constante da ênfase do exercício de 2016, 2015 e 2014, a Administração da Companhia entende que o volume de obras em andamento entre partes relacionadas está adequado para a manutenção do volume de operação da Companhia. Por outro lado, administra constantemente oportunidades de negócios com terceiros. Além disso, todos os contratos são firmados tendo como base valores de mercado.

10.5 Políticas contábeis críticas

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.6 Controles Internos

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

a) Como os recursos da oferta foram utilizados

Não aplicável a Companhia.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável a Companhia.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável a Companhia.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), inclusive, arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; contratos de construção não terminada; contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável a Companhia.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável a Companhia.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica.

b) Natureza e propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção, não são necessárias grandes fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não há novos projetos em desenvolvimento, pois, conforme descrito na alínea “a” do subitem 10.10, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO II

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2017**

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2017 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da LSA e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas., para análise e posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício social de 2017, no valor de R\$ 2.996.915,99 (dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, novecentos e quinze reais e noventa e nove centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2017.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 2.996.915,99 (dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, novecentos e quinze reais e noventa e nove centavos).

Reserva de retenção de lucros (art. 196)	R\$2.996.915,99
Total de fontes	R\$2.996.915,99
Caixa adicional da Companhia devido as condições macroeconômicas vigentes	R\$2.996.915,99
Aplicações	R\$2.996.915,99

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adolpho Lindenberg

Presidente

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO III

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2017

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9.1.II DA IN CVM nº 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$4.206.197,88 (quatro milhões, duzentos e seis mil, cento e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 não foram declarados dividendos antecipados e/ou juros sobre capital próprio. A proposta da administração para o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$998.972,00 (novecentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta e dois reais), dividido em R\$ 693.332,40 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) o que equivale a R\$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos) para cada ação preferencial, e R\$ 305.639,60 (trezentos e cinco mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta centavos) o que equivale a R\$ 2,46 (dois reais e quarenta e seis centavos) para cada ação ordinária, levando-se em consideração a quantidade de ações na data de sua distribuição/proposição, cuja aprovação e distribuição será submetida à Assembleia.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 17 de Fevereiro de 2017, analisaram e aprovaram as demonstrações financeiras, orçamento de capital e destinação de resultados, que serão submetidos à aprovação dos acionistas na Assembleia conforme apresentado na referida reunião.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, 25% (vinte e seis por cento) serão distribuídos a título de dividendos.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não estão considerados lucros de exercícios anteriores na distribuição de lucros do exercício de 2016.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto dos dividendos é de R\$998.972,00 (novecentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta e dois reais), dividido em R\$ 693.332,40 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) o que equivale a R\$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos) para cada ação preferencial, e R\$ 305.639,60 (trezentos e cinco mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta centavos) o que equivale a R\$ 2,46 (dois reais e quarenta e seis centavos) para cada ação ordinária.

Não houve, conforme Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, destaque dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Uma vez aprovados pela Assembleia, propomos que o pagamento dos dividendos destacados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 seja realizado a partir de abril de 2017 e dentro do exercício social de 2017, nos termos do artigo 205, §3º, da LSA, pagamento a ser efetuado em dinheiro em uma única parcela.

Os acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desse direito, de acordo com sua conta corrente e domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú.

Aos acionistas cujo cadastro esteja desatualizado, ou seja, que não contém a inscrição do número de CPF/CNPJ ou indicação de Banco/Agência e Conta Corrente, os dividendos serão creditados a partir do décimo dia útil contado da data da solicitação, desde que os interessados providenciem a regularização de seu cadastro, pessoalmente, em uma das agências do Banco Itaú conforme orientação que deverá constar no respectivo Aviso aos Acionistas, a ser publicado após a Assembleia.

Os acionistas usuários do serviço de custódia fiduciária de ações terão seus dividendos creditados conforme procedimentos adotados pela BM&FBovespa.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há proposta de atualização e juros dos dividendos.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data determinada para declaração de pagamento dos dividendos, isto é, a data considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento, é a data da realização da Assembleia, a ser realizada em 22 de março de 2017.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, dividendos declarados com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2016	2015	2014
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	R\$4.206	R\$14.586	R\$8.341
Lucro (prejuízo) Líquido por ação (em reais)	R\$11,30	R\$39,20	R\$22,41

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2016	2015	2014
Valor global dos dividendos distribuídos	R\$ 998,90	R\$ 3.464,20	R\$ 1.980,90
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações (ordinárias e preferenciais)	-	R\$ 9,31	R\$ 5,32
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações ordinárias	R\$ 2,46	-	-
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações preferenciais	R\$ 2,79	-	-
Juro sobre capital próprio	n/a	n/a	n/a

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal sobre o lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$210.309,89 (duzentos e dez mil, trezentos e nove reais e oitenta e nove centavos).

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 193 da LSA e no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, os possuidores de ações preferenciais têm prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, ou a participação proporcional de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, prevalecendo o valor maior.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim, é suficiente.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga de dividendos fixo ou mínimo.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O valor global dos dividendos mínimos a serem pagos aos titulares de ações preferenciais é de R\$693.332,40 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor por ação preferencial dos dividendos mínimos a serem pagos aos titulares de ações preferenciais é de R\$2,79 (dois reais e setenta e nove centavos).

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da LSA, distribuir-se-á, obrigatoriamente, aos acionistas, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo, ressalvando o direito das ações preferenciais.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo obrigatório será pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

A retenção de lucros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$2.996.915,99 (dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, novecentos e quinze reais e noventa e nove centavos), que será integralmente destinado como caixa adicional da Companhia.

Apesar de não ser classificado como uma retenção propriamente dita (e por esta razão, não será objeto de orçamento de capital), caso aprovada, haverá também uma absorção de R\$7.731.080,23 (sete milhões, setecentos e trinta e um mil, oitenta reais e vinte e três centavos) contabilizados em Reserva Especial mediante a compensação da conta de Reserva de Retenção de Lucros da Companhia.

O saldo da Reserva de Retenção de Lucros em 31 de dezembro de 2016, antes das movimentações acima descritas é de R\$14.075.443,23 (quatorze milhões, setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos).

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Cópia constante do Anexo II à presente Proposta.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO IV

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2017**

***PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA IN CVM
481, ARTIGO 12, INCISO I***

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 12, inciso I, da IN CVM 481, apresentamos a proposta para a verba anual e global para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia.

Desta forma, para o exercício social de 2017, propomos o montante de até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), para a remuneração dos administradores da Companhia, incluindo salário/pró-labore, benefícios e remuneração variável, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA.

Referido valor foi determinado em função da grande experiência dos atuais administradores e de seu alto grau de conhecimento das atividades e operações da Companhia, sua sólida reputação no mercado e devido à necessidade de manutenção e valorização dos talentos individuais da Companhia, inserida em um mercado cada vez mais competitivo.

A Administração da Companhia esclarece que o valor efetivamente pago, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a título de remuneração aos seus administradores excluindo os pagamentos suportados pelas controladas, no valor total de R\$896.513,00 (oitocentos e noventa e seis mil e quinhentos e treze reais), conforme indicado no item 13.2 do atual Formulário de Referência da Companhia, está compatível com o montante aprovado para tal exercício social na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de março de 2016, que foi de até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adolpho Lindenberg

Presidente

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18
NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO V

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2017**

***PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA ICVM 481,
ARTIGO 12, INCISO II***

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, quanto aos seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados.

b) composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores

estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Com relação à Diretoria Estatutária, é possível afirmar que não existe um percentual definido para cada elemento (proporção sobre o total aprovado pelos acionistas para a remuneração da administração).

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe; e (xi) entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, pró-atividade, poder de tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura

designada para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

e) alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, a longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL – Construtora e Serviços de Mão-de-Obra Ltda. (“CAL MO”), controlada direta da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração prevista para o Exercício Social de 31/12/2017 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	75.000	500.000	0	575.000
Benefícios direto e indireto	45.000	40.000	0	85.000
Participações em comitês				
Outros	15.000	200.000	0	215.000
Remuneração variável anual				
Bônus		2.000.000*	0	2.000.000
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Total (R\$)	135.000	2.740.000	0	2.875.000

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2016 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	84.563	452.453	0	537.016
Benefícios direto e indireto	57.729	44.975	0	102.704
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	14.015	133.657	0	147.678
Remuneração variável anual				
Bônus	0	109.115*	0	109.115
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Total (R\$)				896.513

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2015 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	78.352	427.974	0	506.326
Benefícios direto e indireto	44.878	32.927	0	77.805
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	12.992	228.669	0	241.661
Remuneração variável anual				
Bônus	0	596.921*	0	596.921
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Total (R\$)	136.222	1.286.491	0	1.422.713

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2014 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	74.240	403.397	0	477.638
Benefícios direto e indireto	52.342		0	52.342
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	12.208	103.151	0	115.359
Remuneração variável anual				
Bônus	0	876.894*	0	876.894
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Total (R\$)	138.790	1.383.443	0	1.522.233

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para exercício social a ser encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	0	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	0	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	109.115	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	0	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	596.921	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.600.000	0	2.600.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	876.894	N/A	876.894
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia.

Não aplicável à Companhia.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

		31/12/2016			
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Sociedade	Categoria				
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	43	0	0	43
	Ações preferenciais	575	0	0	575
Controladora					
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Ações ordinárias	0	2.090.506	0	2.090.506

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável à Companhia.

13.7. Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável à Companhia.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):

Não aplicável à Companhia.

13.10. Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável à Companhia.

13.11. Remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	2	2	2	3	3	3
Valor da maior remuneração (em reais)	387.857	950.310	1.078.838	110.767	96.433	89.568
Valor da menor remuneração (em reais)	352.344	336.181	317.307	14.485	13.394	13.200
Valor médio da remuneração (em reais)	370.100	643.245	698.072	62.626	45.407	42.029

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não aplicável à Companhia.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Percentual	81%	9,83%	9,27%	100%	100%	100%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável à Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia.

2016

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	96.184	N/A	96.184
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2015

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	1.060.941	N/A	1.060.941
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2014

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	1.133.054	N/A	1.133.054
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16. Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes além daquelas prestadas nos itens anteriores.